

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM GESTÃO PÚBLICA

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU*
EM GESTÃO PÚBLICA

DOURADOS
2013

- Aprovado pela Deliberação CPPG-UEMS Nº 125, de 6 de agosto de 2013.
- Homologado, sem alteração, pela Resolução CEPE-UEMS Nº 1.339, de 16.10.2013.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM GESTÃO PÚBLICA



PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU*
EM GESTÃO PÚBLICA

Comissão de elaboração do projeto pedagógico:

José Roberto da Silva Lunas (Presidente)

Wander Matos de Aguiar

Maria da Silva Peixoto

DOURADOS

2013

ÍNDICE

1-IDENTIFICAÇÃO DO CURSO.....	2
2-UNIDADE PROPONENTE.....	2
3-LOCAL DE REALIZAÇÃO E NÚMERO DE VAGAS.....	2
4-PERÍODO DE REALIZAÇÃO.....	2
5-INSTITUIÇÕES PARCEIRAS.....	2
6-ÁREA DE CONHECIMENTO.....	2
7-COORDENADOR DO CURSO.....	3
8-PÚBLICO ALVO.....	3
9-HISTÓRICO DA UEMS.....	3
10-JUSTIFICATIVA.....	4
11-OBJETIVOS DO CURSO.....	6
Objetivo Geral.....	6
Objetivos específicos.....	6
12-PERFIL DO EGRESSO.....	7
13-METODOLOGIA.....	8
14-SISTEMA DE AVALIAÇÃO.....	10
15-TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO.....	11
16- ATIVIDADES COMPLEMENTARES.....	11
17- CRITÉRIO PARA OBTENÇÃO DE CERTIFICADO.....	11
18 - MATRIZ CURRICULAR E CARGA HORÁRIA DAS DISCIPLINAS.....	11
19-MÓDULO BÁSICO: DISCIPLINAS, OBJETIVOS, EMENTAS E BIBLIOGRAFIAS.....	13
Disciplina: Estado, Governo e Mercado.....	13
Disciplina: O Público e o Privado na Gestão Pública.....	15
Disciplina: Desenvolvimento e Mudanças no Estado Brasileiro.....	16
Disciplina: Políticas Públicas.....	17
Disciplina: Planejamento Estratégico Governamental.....	19
Disciplina: O Estado e os Problemas Contemporâneos.....	20
Disciplina: Indicadores Socioeconômicos na Gestão Pública.....	21
20-MÓDULO ESPECÍFICO: DISCIPLINAS, OBJETIVOS, EMENTAS E BIBLIOGRAFIAS.....	22
Disciplina: Cultura e Mudança Organizacional.....	22
Disciplina: Comportamento Organizacional.....	24
Disciplina: Redes Publica de Cooperação em Ambientes Federativos.....	24
Disciplina: Gestão Operacional.....	25
Disciplina: Gestão Logística.....	26
Disciplina: Plano Plurianual e Orçamento Público.....	27
21- INFRA-ESTRUTURA.....	28
22- PROFESSORES RESPONSÁVEIS PELAS DISCIPLINAS NA UEMS.....	29
23- CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	29
24 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	30

1 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão Pública.

1.1. MODALIDADE

A distância.

2 UNIDADE PROPONENTE

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

3 LOCAL DE REALIZAÇÃO E NÚMERO DE VAGAS

Serão utilizados 3 (três) polos Universidade Aberta do Brasil (UAB) ¹, nos seguintes municípios de Mato Grosso do Sul: Água Clara, Camapuã e Miranda, com no mínimo 50 (cinquenta) vagas para cada polo, totalizando 150 (cento e cinquenta) vagas.

4. PERÍODO DE REALIZAÇÃO

A duração do curso será de no mínimo 15(quinze) e no máximo 18(dezoito) meses.

5-INSTITUIÇÕES PARCEIRAS

A parceria principal foi oficializada entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, com a interveniência do Ministério da Educação (MEC), por meio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), objetivando a implantação e a aprovação da oferta de cursos do Programa Nacional de Administração Pública de Educação Superior a Distância, no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB).

6-ÁREA DE CONHECIMENTO

Administração (CNPq 70807051)

¹ Os pólos UAB são unidades físicas compostas de biblioteca, salas de aula e laboratórios de informática mantidos em parcerias entre prefeituras e governos estaduais com recursos do Ministério da Educação e cuja coordenação é exercida pela CAPES, por meio da Universidade Aberta do Brasil (UAB)

4 COORDENADOR DO CURSO

O coordenador do curso, será um membro do quadro efetivo da UEMS, eleito pelos seus pares, conforme as normas vigentes na UEMS. O coordenador deverá ministrar, no mínimo, uma das disciplinas do curso.

8. PÚBLICO ALVO

Portadores de diploma de curso superior que exerçam atividades em órgãos públicos ou do terceiro setor ou que tenham aspirações ao exercício de função pública.

9. HISTÓRICO DA UEMS

O interesse pela elaboração do projeto do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão Pública decorre de uma cadeia de ações de longa maturação na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

A UEMS foi implantada efetivamente em 1994 com o intuito de interiorizar o ensino e apoiar o desenvolvimento dos municípios no entorno de suas unidades

Assim, com interesse no aprimoramento da administração pública, a partir de 2002, a UEMS passou a fazer parte da rede de núcleos de gestão pública, uma iniciativa capitaneada pela Escola de Governo de Mato Grosso do Sul, com adesão de todas as instituições de ensino superior do Estado, cujo objetivo maior era a discussão dos problemas e proposição de soluções para a administração pública estadual.

Lideradas pela UEMS, as IES envolvidas na rede de núcleos ofereceram, com início no ano de 2006 e finalização no ano de 2008, o Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão Pública Municipal, uma das gêneses do projeto que ora se apresenta. Em 2010 iniciou-se a oferta do Curso de Pós-Graduação em Gestão Pública Municipal, na modalidade a distância, no âmbito do mesmo programa que ampara a presente iniciativa. No referido curso foram matriculados 200 alunos e, destes, 117 (aproximadamente 58%) concluíram com sucesso. A maior parte dos alunos era oriunda do serviço público municipal ou estadual, o que assevera a utilidade da oferta.

O esforço coletivo para a formação em administração pública tem continuidade com a parceria da UEMS e a Escola de Governo do Estado de Mato Grosso do Sul. Também se articula a formatação de um programa de apoio a pequenos municípios do interior do Estado e, dentre as diversas ações, incluiu-se a proposta de continuidade no esforço formador de gestores públicos por meio de cursos como o que ora se propõe.

O Edital da Universidade Aberta do Brasil representa uma oportunidade para alavancar o esforço da UEMS no avanço do ensino, da pesquisa e da extensão na Administração Pública. Vem somar a outras iniciativas paralelas que levamos a efeito como o Doutorado Interinstitucional, realizado em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), para capacitar professores da própria UEMS e cujas linhas de pesquisas e atuação também abrigam a questão.

Por tudo isso, o esforço do grupo de docentes da grande área das Ciências Sociais Aplicadas da UEMS apoia a iniciativa de implementação dos cursos de pós-graduação em Gestão Pública.

10- JUSTIFICATIVA

O presente projeto pedagógico está amparado pelo Edital Nº 19, de 03 de Maio de 2012 no âmbito do Programa Nacional de Formação em Administração Pública do sistema Universidade Aberta do Brasil, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Desde meados da década de 1990, a gestão pública no Brasil vem passando por transformações importantes, notadamente, no que se refere à redefinição do papel do Estado nacional, em geral, e do papel desempenhado pelas três esferas de governo: União, Estados Membros e Municípios.

A partir da Constituição Federal de 1988, os estados e os municípios ganharam mais importância, assumindo diversas atividades antes desempenhadas pela União. Com a introdução de um Estado mais forte, porém menor, este reduz seu papel nacional-desenvolvimentista, que vigorou por meio século (ABRUCIO; COUTO, 1996; PINHO; SANTANA, 2001). Dentro da concepção neoliberal, a partir de 1990, a União passa a exercer as “verdadeiras” funções de Estado: regulação e indução.

Nesse sentido, os dois níveis de governo subnacionais, passam a assumir papéis complexos (antes exercido pela União), que exigem competências específicas de regulação e uma **nova gestão** de atividades essenciais, competências essas colocadas em segundo plano durante a fase desenvolvimentista. Segundo Pinho e Santana (2001), o esgotamento da capacidade de lidar com problemas complexos e extensos levou o governo central a transferir esses problemas para estados e municípios, sobretudo para os últimos, que adota o *welfarismo*² municipal.

As políticas de saúde pública e de educação, por exemplo, ganham força no município com a organização do Sistema Único de Saúde (SUS) e com a criação do Fundo de

² De *Welfare State* – estado de bem estar social, em teoria econômica e a situação do estado providência.

Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), respectivamente. Em 2007, este foi ampliado para incluir a educação infantil e o ensino médio, sendo transformado em Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).

Diante desse cenário, estados e municípios tiveram de redesenhar sua estrutura organizacional para se adequar aos novos papéis que lhes foram impostos (ABRÚCIO; COUTO, 1996; ABRUCIO, 2005). Na realidade, até o presente momento muitos deles ainda não conseguiram sair do *status quo* anterior e, por isso, encontram dificuldades em se relacionar com os demais níveis de governo, com o mercado e com a sociedade civil organizada. Mesmo aqueles que tiveram um avanço maior, ainda necessitam amadurecer um modelo de gestão que contemple essa nova fase de governança pública, como sugerem Kissler e Keidemann (2006).

Um dos pontos que merecem destaque diz respeito à conscientização do seu verdadeiro papel constitucional. Na Constituição Federal (CF), há funções exclusivas de Estado, funções não exclusivas e funções de mercado (privadas) que devem ser pensadas e assumidas.

Com a promulgação da Lei de Responsabilidade de Fiscal (LRF), estados e municípios passaram a se preocupar mais com suas finanças, tanto do lado da receita quanto do lado da despesa. Dados do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM) revelam que a receita própria dos municípios está aquém do potencial de arrecadação. De fato, a Tabela 1 mostra que nem todos os municípios cobram Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) (93%) e apenas 83% têm sistema de cobrança informatizado. No que tange ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), somente 83,7% dos municípios cobram e apenas 67,9% o fazem com sistema informatizado. Na Região Nordeste a situação é preocupante: menos da metade dos municípios (47,6%) tem sistema de ISSQN informatizado. Ressalte-se que, no Brasil, essa situação é mais freqüente nos municípios com população abaixo dos 20.000 habitantes.

Em relação a taxas, os municípios brasileiros estão longe da eficiência arrecadadora, conforme prevê a LRF. A Tabela abaixo revela que taxas de coleta e de limpeza pública são cobradas em menos da metade dos municípios.

Tabela 01 - Percentual total de municípios com existência de taxas instituídas em 2006

Brasil	Total	Com existência de taxas instituídas					
		Taxa de iluminação	Taxa de coleta de lixo	Taxa de incidência	Taxa de limpeza pública	Taxa de poder de polícia	Outros tipos de taxas
	100	70,0	49,5	3,7	42,3	55,3	43,3

Fonte: Perfil dos Municípios Brasileiros 2006 IBGE (2006).

Esses dados mostram que o Poder Público Municipal não está preparado, do ponto de vista administrativo, para cumprir a legislação relacionada à arrecadação. É razoável afirmar que isso se deve à carência de quadro de servidores preparados para gerenciar a máquina administrativa.

Nesse sentido, tanto no desenho de nova estrutura organizacional quanto na gestão dos processos/atividades, União, estados e municípios necessitam de profissionais capacitados em gestão. Na União, essa tarefa já se acha mais bem desenvolvida, com a (re) estruturação e (re) valorização de diversas carreiras típicas de Estado (planejamento, fiscalização tributária, auditoria etc.). No âmbito estadual e municipal, muito trabalho ainda precisa ser feito para que esses níveis de governo possam exercer, satisfatoriamente, seus papéis constitucionais.

Para tanto, é preciso oferecer aos cidadãos, estados e prefeituras de todo o Brasil a oportunidade de se capacitarem para o exercício de uma administração pública profissional.

Assim, por meio do programa de investimento da UAB a UEMS observa a oportunidade de ampliar a interiorização de oferta de curso de Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Gestão Pública na modalidade a distância em Mato Grosso do Sul, de forma a atender as demandas existentes de profissionais envolvidos ou interessados no setor público e com dificuldades de acesso a cursos de atualização profissional.

5 - OBJETIVOS DO CURSO

Objetivo Geral

O curso tem por objetivo qualificar o pessoal de nível superior, priorizando aqueles que estão no exercício de atividades em órgãos públicos ou do terceiro setor ou que tenham aspirações ao exercício de função pública, para a apropriação do conhecimento geral e específico sobre a Administração Pública.

Objetivos específicos

- Capacitar quadros de gestores para atuarem na administração de macro (governo) e micro (unidades organizacionais) sistemas públicos;
- Capacitar profissionais com formação adequada a intervirem na realidade social, política e econômica;

- Contribuir para a melhoria da gestão das atividades desempenhadas pelo Estado brasileiro, no âmbito federal, estadual e municipal;
- Contribuir para que o gestor público desenvolva visão estratégica dos negócios públicos, a partir do estudo sistemático e aprofundado da realidade administrativa do governo ou de suas unidades produtivas;
- Oportunizar a aprendizagem em ambientes virtuais com troca de experiências entre os participantes.

6 - PERFIL DO EGRESSO

O desenvolvimento de uma sociedade mais justa, com melhor distribuição de renda e permanente geração de empregos, é consequência de uma série de fatores econômicos, sociais e políticos, sendo importantes as práticas de organização e administração do trabalho, adotadas na sociedade, no decorrer de seu processo de desenvolvimento, tanto na área pública quanto na área empresarial. Nesse sentido, o papel reservado aos Cursos de Especialização em Gestão Pública é de grande importância, na medida em que os agentes especialistas egressos (gestores e formuladores de políticas públicas) estarão capacitados a intervirem na realidade social, política e econômica.

Em ambientes onde as mudanças ocorrem permanentemente e em grande velocidade, caracterizados ainda pela escassez de recursos e pelo alto nível de competitividade exigido pela sociedade contemporânea, exige-se que o profissional responsável pela condução das organizações públicas tenha desenvolvido sua criatividade, seu espírito crítico e a sua capacidade de produção de novos conhecimentos.

Aliada a esta “personalidade dinâmica e flexível” – traço essencial na garantia de um bom desempenho do profissional da gestão –, é preciso, ainda, que o Gestor Público desenvolva uma “visão estratégica dos negócios públicos”, o que pode ser obtido a partir do estudo sistemático e aprofundado das diversas áreas de ação no campo da Administração e da integração destas áreas em termos de conhecimento conceitual e analítico.

Deste modo, independente dos conhecimentos “comportamentais” e “de contexto”, exige-se do Gestor Público, o domínio das principais técnicas gerenciais no campo organizacional, de seus “recursos” humanos, financeiros e de produção e de gestão pública, evidentemente referenciada em um compromisso ético com a construção de uma sociedade justa.

No campo organizacional e de seus recursos, espera-se que o Gestor seja capaz de promover o equilíbrio entre os objetivos organizacionais, suas disponibilidades e os interesses e necessidades dos servidores e sociedade em geral. Para tal, exige-se que o Gestor seja capaz de pensar novas formas de organização (tanto nos seus aspectos estruturais como nos funcionais), compatíveis com um ambiente em que a participação no processo decisório e a crescente responsabilidade das organizações com o desenvolvimento humano parecem constituir-se em condições essenciais para a obtenção de sucesso.

Na área de estudos governamentais, é imprescindível que o Gestor seja capaz de conhecer os processos de formação e desenvolvimento do Estado em sua inserção no processo mais amplo da formação social, bem como a lógica e os procedimentos das ações administrativas governamentais, seja na área financeira e orçamentária, seja no processo de formulação e avaliação de políticas públicas em geral, não apenas de modo a cuidar da “coisa pública” de modo eficiente, mas, também, responsável, permitindo, assim, a manutenção de relações harmônicas entre o setor público, de um lado, e o privado e a sociedade civil organizada, de outro, no âmbito das responsabilidades sociais do Estado.

7 METODOLOGIA

O curso será realizado a distância, com encontros virtuais síncronos e assíncronos, para cumprimento de créditos e elaboração de trabalho de conclusão de curso.

No desenvolvimento do curso, serão realizados encontros presenciais destinados a discussões temáticas com os professores das disciplinas, orientações, oficinas, avaliações de aprendizagem, apresentações de artigos científicos no trabalho de conclusão de curso.

Na educação a distância, são utilizados instrumentos e objetos de aprendizagens projetados para possibilitar a melhor interação dos alunos com os professores e como consequência com os conhecimentos multidisciplinares da Tecnologia de Informação, dos professores autores e da estrutura de apoio ao aluno. A formação se viabiliza com eficiência similar ao do ensino presencial. A linguagem escrita é a ferramenta mais utilizada para o diálogo ou interação entre educando e educadores. Assim, para a operacionalização deste projeto pedagógico serão utilizados:

a) Os textos e livro-texto: Textos de apoio ao estudo, por disciplina, organizados pelos integrantes da equipe.

b) Textos complementares: No decorrer do curso serão adquiridos novos livros, conforme as sugestões dos docentes que serão disponibilizados na biblioteca dos polos de apoio presencial. Serão indicados artigos de periódicos especializados, artigos de revistas e jornais, obras clássicas, virtuais ou não para contribuir com acervo de instrumentos para o aprofundamento dos conhecimentos e discussões.

c) Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA): Para comunicação entre os sujeitos e a disponibilização de materiais necessários ao desenvolvimento das disciplinas e TCC.

A **Internet** será nesse curso, um dos principais veículos de comunicação. Por meio do ambiente virtual de aprendizagem têm-se várias ferramentas de interação que podem ser utilizadas conforme a dinâmica de cada disciplina. Para o desenvolvimento do curso, a comunicação e troca de informações poderá ser realizada por meio do *Moodle*, uma plataforma de ambiente de aprendizagem a distância, desenvolvido, pela Universidade de Brasília(UnB). Nesta plataforma conta-se com ferramentas que permitem a interação via on-line, chats, além de vários recursos para a publicação e textos e exercícios para os alunos. Além desses recursos, será utilizada, para a comunicação entre professores, tutores e alunos, apresentação de trabalhos, desenvolvimento das disciplinas a ferramenta chamada web conferência.

Os meios didáticos que darão suporte a essa metodologia serão: micro-computador, TV, vídeo, retroprojetor, CD, DVD, data show, *home theater*, MP3, MP4, *pendrive*, lousa branca, etc.

Os fóruns de discussão, contato assíncrono, onde serão postadas as atividades de discussão: tirar dúvidas e interação entre colegas, professores e tutores. A disponibilização de material digitalizado, proposição de atividades, sugestão de leituras que serão disponibilizadas nas ferramentas específicas. Além disso, serão utilizados os e-mails sempre que necessário.

O uso dos ambientes virtuais para divulgação e troca de informações, bem como a forma e as normas para o desenvolvimento das aulas virtuais e dos fóruns de discussões serão devidamente normatizados e planejados pelo Colegiado de Curso e divulgado junto aos alunos, no primeiro momento do curso. Enfim, esses momentos irão possibilitar ao aluno uma experiência ampliada de participação, de discussões e de reflexões interdisciplinares sobre as temáticas educacionais.

d) Encontros presenciais: Os encontros presenciais serão utilizados para apresentação de conteúdos e para atividade de avaliação.

O curso prevê que 25% (vinte e cinco por cento), da carga horária seja desenvolvida de forma presencial. Nesse percentual incluem-se, além das avaliações, encontros

pedagógicos, os seminários de pesquisa e apresentação dos trabalhos de conclusão do curso.

e) Sistema de acompanhamento (tutoria): Cada grupo de 25 alunos contará com um tutor à distância, e um tutor presencial em cada polo presencial. Neste projeto serão necessários seis tutores a distância de acordo com cada disciplina e três tutores presenciais.

Será realizado, no mínimo, um encontro presencial por disciplina. Os encontros durante o semestre também serão utilizados para discussões temáticas por parte dos professores das disciplinas ofertadas, orientações, oficinas, avaliações de aprendizagem, apresentação de trabalhos.

Poderão ser oferecidos “Seminários Temáticos”, que destacarem, mais acentuadamente, as atividades de pesquisa na realidade vivenciada pelo estudante. É um esforço para permitir que o aluno possa ser um dos atores efetivos, junto com o professor de conteúdo, responsáveis pela construção do seu conhecimento em gestão pública, a partir da sua interação com a própria realidade em que vive. Se forem realizadas, as atividades do “Seminário Temático” vão culminar em seminários abertos à sociedade.

Cada disciplina terá momentos presenciais e a distância. No momento a distância, o aluno fará a leitura do Texto de Apoio, e apresentar atividades de aprendizagem em que evidencie a compreensão dos conteúdos estudados e sua aplicação no campo da Administração Pública.

Nos Encontros Presenciais, que podem ocupar um dia ou um dia e meio, serão realizadas as avaliações da disciplina, por meio de provas subjetivas, ou exposição de trabalhos, ou realização de oficinas.

No desenvolvimento do curso, serão oferecidos os seguintes suportes administrativo aos alunos: pedagógico, cognitivo, metacognitivo, motivacional, propiciando-lhes clima de auto-aprendizagem e oferecendo, assim, ensino de qualidade.

A modalidade a distância, portanto, não deve ser pensada como algo à parte da organização de ensino. É necessário que o aluno compreenda que Educação a Distância é educação permanente, contínua e que, dadas suas características, se faz imprescindível a organização de um sistema que ofereça ao aluno as condições para que o mesmo efetue sua formação profissional.

8 SISTEMA DE AVALIAÇÃO

Nos encontros presenciais serão realizadas as avaliações das disciplinas por meio de provas escritas com questões objetivas e/ou dissertativas, exposição de trabalhos ou realização de oficinas.

Cada disciplina terá um valor expresso em créditos correspondendo cada crédito a 15 horas aula. Os créditos relativos a cada disciplina somente serão conferidos ao aluno que tiver a o conceito mínimo “C”, de acordo com a escala:

Tabela 02

Nota			Conceito	
9,0	A	10,0	A	Excelente
8,0	A	8,9	B	Bom
7,0	A	7,9	C	Regular
0	A	6,9	D	Insuficiente

A reprovação em até duas disciplinas não excluirá o aluno do Curso, desde que o mesmo refaça o percurso na forma de reoferta das disciplinas (provas, trabalhos escritos e outras atividades a serem definidas pelo professor da disciplina juntamente como Coordenador do Curso), dentro do período limite aprovado para a execução do curso.

O aluno reprovado em qualquer disciplina do curso ficará impedido de apresentar o trabalho de conclusão do curso.

11 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O Trabalho de Conclusão do Curso será desenvolvido por meio de atividade de pesquisa na área da Gestão Pública e será realizado pelos alunos na modalidade de Artigo Científico, atividade que exigirá domínio do tema escolhido, tratamento científico adequado e acompanhamento de um dos tutores a distância ou de colaboradores do curso a ser definido pelo Colegiado do Curso. O artigo científico deverá ser desenvolvido individualmente e deverá ser submetido à apresentação pública e previamente em seminários temáticos. Ao TCC não será destinada carga horária, porém este será requisito para conclusão do curso.

12 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As atividades complementares não são obrigatórias no curso, mas serão incentivadas na forma de participação em eventos de natureza científica. Com isso espera-se que o aluno desenvolva a cultura da reflexão, da pesquisa e da troca coletiva sobre os seus saberes e práticas.

13 CRITÉRIOS PARA OBTENÇÃO DE CERTIFICADO

Para obter o certificado de especialista, o aluno deverá atender às seguintes exigências obrigatórias previstas no regulamento do curso: completar, com aprovação, o número de créditos previstos, segundo as normas vigentes, ser aprovado na avaliação do trabalho de conclusão de curso e não possuir débitos com a biblioteca e demais órgãos da UEMS.

14 MATRIZ CURRICULAR E CARGA HORÁRIA DAS DISCIPLINAS

O curso terá carga horária de 420 (quatrocentos e vinte) horas, correspondentes a 28 créditos de 15 (quinze horas) cada um. A estrutura curricular será composta por 13 (treze) disciplinas distribuídas em módulo básico e específico. O módulo básico é composto de 07(sete) disciplinas e o específico composto por 6 (seis) disciplinas com carga horária conforme tabela 03 (três)

A matriz curricular do curso foi organizada da seguinte forma: disciplinas básicas (módulo básico), seminários e disciplinas específicas (módulo específico), para auxiliar no processo de desenvolvimento da pesquisa e elaboração do artigo científico.

Tabela 3 – Matriz curricular do curso

	ORDEM	DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITO
Módulo Básico	01	Estado, Governo e Mercado	30	02
	02	O Público e o Privado na Gestão Pública	30	02
	03	Desenvolvimento e Mudanças no Estado Brasileiro	30	02
	04	Políticas Públicas	30	02
	05	Planejamento Estratégico Governamental	30	02
	06	O Estado e os Problemas Contemporâneos	30	02
	07	Indicadores socioeconômicos na Gestão Pública	30	02
Total da carga horária e créditos			210	14
	ORDEM	DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITO
Módulo Específico	01	Cultura e Mudança Organizacional	30	02
	02	Comportamento Organizacional	30	02
	03	Redes Públicas e Cooperação em Ambientes Federativos	30	02
	04	Gestão Operacional	45	03
	05	Gestão Logística	30	02
	06	Plano Plurianual e Orçamento Público	45	03
Total da carga horária e créditos			210	14
Total Geral da carga horária e créditos			420	28

Princípios Norteadores do Curso

Os princípios que irão nortear o presente curso seguem a práxis orientadora de uma educação articulada com a realidade de seus alunos e com as necessidades emanadas das rápidas mudanças da sociedade:

- Articulação teoria/prática
- Conhecimento contextualizado
- Democracia
- Diálogo/Debate profícuo entre os saberes
- Expansão e disseminação do conhecimento
- Flexibilização curricular
- Pesquisa interdisciplinar
- Solidariedade social
- Transformação social

O curso não pode deixar de seguir em paralelo aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, eficiência, publicidade, moralidade e razoabilidade na administração pública. Todos estes princípios serão difundidos de forma transversal na execução das disciplinas e da conduta ética de seu corpo docente e discente.

Linhas de pesquisa

- Gestão e qualidade dos serviços públicos.
- Economia do setor público.

9 MÓDULO BÁSICO: DISCIPLINAS, OBJETIVOS, EMENTAS E BIBLIOGRAFIAS

Disciplina: Estado, Governo e Mercado

Carga horária total: 30 h/a

Objetivos

Compreender as complexas relações entre Estado, governo e mercado nas sociedades capitalistas contemporâneas, partindo das duas matrizes teóricas que explicam as relações entre Estado e sociedade no sistema capitalista – a liberal e a marxista. Analisar criticamente as diversas interpretações concorrentes e/ou sucessivas sobre as sempre tensas e dinâmicas relações entre Estado, governo e mercado.

Ementa

Fundamentos e lógicas que orientam a ação dos agentes envolvidos (*stakeholders*); - Relações entre Estado, governo e mercado na sociedade contemporânea, segundo as principais concepções e teorias: marxistas (Przworsky, 1995) e liberais (Sartori, 1997). Desafios teóricos e políticos colocados aos analistas e atores políticos pelas mudanças produzidas sob o capitalismo contemporâneo (Bobbio, 1983; Guiddens, 1996; Anderson, 1996).

Referências:

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir (org.) **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o estado democrático. São Paulo: Paz e Terra, 1996, p. 9-23.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade**: para uma teoria geral da política. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

BOBBIO, Norberto. **Qual socialismo?** São Paulo: Paz e Terra, 1983. “Quais as alternativas à democracia representativa?”, p. 55-74.

GUIDDENS, Anthony. **Para além de esquerda e direita**. São Paulo: UNESP, 1996. Introdução p. 9 -30.

HAM, Cristopher; HILL, Michael. **O processo de elaboração de políticas no Estado capitalista moderno**. Campinas, 1996. (tradução para o português de The policy process in the modern capitalist state. Londres, 1993, sob a responsabilidade de Renato Dagnino para uso exclusivo dos alunos do Departamento de Política Científica e Tecnológica da Unicamp). Capítulos 2 e 3 (p. 39-91).

O'DONNELL, G. Anotações para uma teoria do Estado. In: **Revista de Cultura e Política**, nº4, 1981.

OSZLAK, O. Estado y sociedad: ¿nuevas reglas de juego? Reforma Y Democracia: **Revista del CLAD**. N.9 (Oct. 1997), p. 7-61.

PRZWORSKY, Adam. **Estado e economia no capitalismo**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995. Parte 3, “O governo do capital” - p. 87-115.

SARTORI, Giovanni. **A teoria da democracia revisitada**. São Paulo: Ática, 1997. Cap. 6, “A democracia vertical”, p.181-245.

Disciplina: O Público e o Privado na Gestão Pública

Carga horária total: 30 h/a

Objetivos

Delimitar com clareza para o aluno as diferenças entre a esfera privada, que é âmbito de atuação por excelência do administrador de empresas, e a esfera pública, na qual se situa a Administração pública e age o gestor público.

Ementa

A dicotomia público-privada. A primazia do público sobre o privado. As fronteiras entre o público e o privado. As prerrogativas do Estado sobre os agentes privados. Os direitos do cidadão e os deveres do estado. Interesses privados e interesses coletivos. Instituição e organização. Organizações públicas e organizações privadas. O servidor como agente da ação do Estado. Os diferentes agentes públicos e as suas formas de investidura. As prerrogativas do estado e as garantias do servidor. Regime estatutário e regime contratual. Vínculo estatutário e vínculo empregatício. Cargo público e emprego no setor privado. A ética profissional do servidor público. Os princípios norteadores do serviço público – legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Poderes e deveres do administrador público. Dever de agir, dever de eficiência, dever de probidade, dever de prestar contas. Poder disciplinar, poder de polícia, poder discricionário. As diversas organizações do terceiro setor e suas especificidades. Globalização e neoliberalismo: desregulamentação, privatizações e abertura dos mercados de bens e de capitais. Reorientação do papel do estado: da produção à regulação de bens e serviços. A defesa do interesse público na competição globalizada: Estado e agentes econômicos privados internacionais. Novos princípios de gestão pública: planejamento participativo. Democratização do Estado. promoção da cidadania. A nova orientação estratégica de governo federal: inclusão social e redução das desigualdades. Crescimento econômico com geração de emprego e renda. promoção da cidadania e fortalecimento da democracia.

Referências:

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade**: por uma teoria geral da política. Trad. Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Cap. 1, “A grande dicotomia: público/privado”, p. 13-31.

CARVALHO, Iuri M. O princípio da supremacia do interesse público sobre o privado: parâmetros para uma reconstrução. In: **Revista Diálogo Jurídico**, n. 16, Salvador, 2007. Disponível em: <http://www.direitopublico.com.br/pdf/PrincipiodaSupremacia_ULTIMAVERSÃO.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2009.

MEIRELLES, Helly Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 14^a ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1989.

NASCIMENTO, Márcio G. O controle da administração pública no Estado de Direito. **Direitonet**, 2005. Disponível em: <<http://www.direitonet.com.br/artigos/x/20/23/2023/>>. Acesso em: 18 jun. 2009.

PÓ, Marcos V. & ABRUCIO, Fernando L. Desenho e funcionamento dos mecanismos de controle e accountability das agências reguladoras brasileiras semelhanças e diferenças. In: **RAP**, nº 40 vol. 4, jul/ago 2006. p. 679-98.

Disciplina: Desenvolvimento e Mudanças no Estado Brasileiro

Carga horária total: 30 h/a

Objetivo

Possibilitar ao aluno a compreender como o Estado e a sociedade foram se modificando e desenvolvendo no Brasil, a partir da Primeira República, até chegar à conformação em que se encontram atualmente.

Ementa

Desenvolvimento econômico, mudança social e centralização e descentralização político-administrativas no Brasil: Da República oligárquica à República democrática do Século XXI. - Federalismo e governo de elites na primeira República (Abrúcio, 1998, cap. 1; Bresser-Pereira, 2001). Centralização, autoritarismo e políticas sociais no período Vargas (1930-1945) (Souza, 1976, cap. IV. Santos, 1979, cap.4). Democracia e desenvolvimento sob a Segunda República (1946-1964) (Souza, 1976, cap. V; Lessa, 1983, Soares, 1973). Autoritarismo e redemocratização (Abrúcio, 1998, cap. 2; Bresser-Pereira, 2001; Santos, 1979, cap.5, Reis, 1978, Diniz, 1997).

Referências:

ABRUCIO, Fernando L. **Os barões da federação**: os governadores e a redemocratização brasileira. São Paulo: HUCITEC, 1998. Cap. 2, "A passagem do modelo unionista-autoritário para o federalismo estadualista: a origem do novo poder dos governadores", p.59-108.

BRESSER-PEREIRA Luiz C. Do estado patrimonial ao gerencial. In: Pinheiro, Wilhelm e Sachs (Org.). **Brasil**: Um Século de transformações. São Paulo: Cia. das Letras, 2001. p. 222-259.

DINIZ, E. Governabilidade, democracia e reforma do Estado: os desafios da construção de uma nova ordem no Brasil dos anos 90. In: DINIZ, E.; AZEVEDO, S. (Org.). **Reforma do Estado e democracia no Brasil**. Brasília: UnB, 1997.

FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando. Partidos políticos na Câmara dos Deputados, 1989-1994. In: **DADOS**, vol. 38, nº3, 1995.

LESSA, Carlos. **Quinze anos de política econômica**. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

MARTINS, Luciano. **Estado capitalista e burocracia no Brasil pós-64**. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à razão dualista**. S. Paulo: Boitempo, 2003.

SANTOS, Wanderley G. **Cidadania e justiça**. Rio de Janeiro: Campus, 1979. Cap I e II.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. **Sociedade e política no Brasil**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973.

SOUZA, Maria C. C. **Estado e partidos políticos no Brasil, 1930-1964**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976. Cap. IV, "Os mecanismo da centralização" p. 83-104.

Disciplina: Políticas Públicas

Carga horária total: 30 h/a

Objetivos

Capacitar o aluno a perceber as duas faces da Política Pública: a de planejamento aparentemente racional e neutro realizado pelo Estado (*policy*) e a de resultante de ações dos atores políticos visando à defesa dos seus interesses e valores (*politics*).

Ementa

Sociedade. Política. Política Pública. Análise política. Análise de políticas. As principais abordagens na análise de políticas públicas e o modelo sistêmico. A concepção do "ciclo da política". Atores políticos (*stakeholders*). Interesses e expectativas. Poder e recursos de poder. Bem público. Escolha racional. Experiências inovadoras que criam novas esferas públicas de negociação e de participação popular: conselhos, redes, parcerias e novos arranjos institucionais no nível local de governo. A formação de agenda de políticas públicas. Tipos de demandas. Decisão. Não-decisão. Arenas políticas. Padrões de comportamento e interação dos atores. Modelos de análise do processo decisório: racional, organizacional e modelo da política burocrática. As lógicas do processo decisório: racional-compreensiva, incremental e *mixed-scanning*. Relações entre formulação e implementação. Modelos de implementação de políticas. Avaliação. Acompanhamento. Monitoramento. Pesquisa Avaliativa. Tipos de avaliação. Critérios de avaliação. Controle e avaliação de políticas públicas. Políticas Públicas: conceitos e evolução no Brasil. Regularidades das políticas públicas no Brasil. Novos papéis e responsabilidades dos entes federativos nas políticas públicas.

Referências:

ARRETCHE, Marta T. S. Políticas sociais no Brasil: descentralização em um Estado federativo. In: **Rev. bras. Ci. Soc.**, Jun. 1999, vol.14, n.º.40, p.111-141.

CAVALCANTI, Paula Arcoverde. **Sistematizando e comparando os Enfoques de Avaliação e Análise de Políticas Públicas**: uma contribuição para a área educacional. Tese de Doutorado defendida na Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, 2007.

COUTINHO, Luciano. Coréia do Sul e Brasil: paralelos, sucessos e desastres. In: FIORI, José Luís (Org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis, Vozes, 1999.

DEMO, Pedro. **Política Social, Educação e Cidadania**. Campinas: Papyrus, 1996.

DRAIBE, Sônia Miriam. Qualidade de Vida e Reformas Sociais: O Brasil no Cenário Latino-Americano. In: **Lua Nova**, n.º. 31, 1993, p. 5-46.

ELIAS, Paulo Eduardo. **Reforma ou Contra-Reforma na Proteção Social à Saúde**. Lua Nova, n.º. 40/41, 1997, p.193-215.

FAGNANI, Eduardo. Política Social e Pactos Conservadores no Brasil: 1964-1992. In: **Cadernos FUNDAP** - Desafios da Gestão Pública Paulista. São Paulo: Fundap, set-dez, 1996, p. 59 –102.

GARCIA, Ronaldo Coutinho. Subsídios para organizar avaliações da ação governamental. In: **Revista Planejamento e Políticas Públicas**. Brasília: IPEA, n.º. 23, jun 2001.

LAURELL, Ana Cristina. **Para um novo Estado de Bem-Estar na América Latina**. Lua Nova, n.º. 45, 1998, p. 187-204.

LOBATO, Lenaura de Vasconcelos. Reforma do Estado no Setor de Saúde no Reino Unido e nos Estados Unidos. In: **Cadernos ENAP**, n.º.13, 1997, p. 79-112.

MELLO, Guiomar Namó. Políticas Públicas de Educação. In: **Estudos Avançados (USP)**, vol.5, n.º. 13, 1991, p. 7-47.

MISHRA, Ramesh. **O Estado-Providência na Sociedade Capitalista**. Portugal: Celta Editora, 1995.

NUNES, Edson. **A Gramática Política do Brasil**: Clientelismo e Insulamento Burocrático. Brasília: ENAP, 1997.

RICO, Elizabeth Melo (Org.). **Avaliação de Políticas Sociais**. São Paulo: Cortez, 1999.

SANTOS, Wanderley G. **Cidadania e justiça**. Rio de Janeiro: Campus, 1979. Cap. 1 “Teoria social e análise de políticas públicas”, p. 11-14, e cap. 2 “Legislação, instituições e recursos da política social brasileira”, p. 15-44.

Disciplina: Planejamento Estratégico Governamental

Carga horária total: 30 h/a

Objetivo

Levar o aluno a pensar e agir estrategicamente na esfera pública proporcionando conhecimentos de análise e metodologias de planejamento estratégico governamental.

Ementa

Introdução ao Planejamento Estratégico. Aspectos Gerais e Históricos. O Desenvolvimento Planejado. Evolução do Planejamento no Brasil. Abordagem Crítica do Modelo Brasileiro de Planejamento Governamental. Plano Plurianual.

Referências:

ALMEIDA Paulo R. **A experiência brasileira em planejamento econômico: uma síntese histórica**, 2004 (Mimeo).

CRISTO, Carlos Manuel Pedroso Neves. Prospectiva estratégica: instrumento para a construção do futuro e para a elaboração de políticas públicas. In: **Revista do Serviço Público**, Ano 54, Número 1, jan-mar 2003.

ETKIN, Jorge. **Política, Gobierno y Gerencia de las Organizaciones**. Buenos Aires, Prentice Hall, 2000.

FISCHMANN, Adalberto A. e ALMEIDA, Martinho I. R. de. **Planejamento Estratégico na Prática**. São Paulo: Atlas, 1995.

LIMA, Blanca Olias de (Coord). **La Nueva Gestión Pública**. Pearson Educación S. A. Madrid, 2001.

MATUS Carlos. Adeus **Senhor Presidente**: governantes governados, São Paulo: Fundap, 1996. p.19-70.

MATUS Carlos. **O método PES**. São Paulo: Fundap, 1995, pp.51-100.

MINTZEMBERG, Henry. **Ascensão e Queda do Planejamento Estratégico**. São Paulo, Bookman, 2004. p.183-256.

MINTZEMBERG, Henry. **Safári de Estratégia**. São Paulo: Bookman, 1999.

MINTZEMBERG, Henry; Jan Jorgensen. Uma estratégia Emergente para la Política Pública. In: **Gestión y Política Pública**, vol. IV, num. 1, México, primer semestre de 1995.

OLIVEIRA, Djalma de P. R. **Planejamento Estratégico**: conceitos, metodologia, práticas. SP: Atlas, 1988.

MATUS, Carlos. **Política planejamento e governo**. Brasília: IPEA, 1996.

OLIVEIRA, José A. P. Desafios do planejamento em políticas públicas: diferentes visões e práticas. In: **RAP**, Rio de Janeiro, n. 40, v. 1, p. 273-88, mar/abr, 2006.

Disciplina: O Estado e os Problemas Contemporâneos

Carga horária total: 30 h/a

Objetivo

Proporcionar elementos para o contexto brasileiro atual, colocando em destaque problemas de natureza política, social e econômica.

Ementa

Problemas de cunho sócio-econômico como os relacionados à distribuição de renda e riqueza, à geração de trabalho e renda, à inclusão social, à realização de reformas, ao aumento da transparência e da participação popular. As trajetórias das políticas públicas concernentes a esses problemas, e os efeitos da inclusão da agenda neoliberal no seu processo de elaboração, serão estudadas a partir dos instrumentos usualmente empregados para analisar a conjuntura: reformas e coalizões. Problemas regionais.

Referências:

KLIKSBERG, Bernardo. **Falácias e mitos do desenvolvimento social**. São paulo: Cortez ; Brasília : UNESCO, 2001. Cap. 3, "Como reformar o estado para enfrentar os desafios sociais do século XXI?", p.69-103.

ITUASSU Arthur & ALMEIDA Rodrigo (org.) **O Brasil tem jeito?** Vol.2: Educação, saúde, justiça e segurança. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

INSTITUTO DNA BRASIL. **50 brasileiros param para pensar a vocação do país**. São Paulo: Instituto DNA Brasil, 2005

INSTITUTO DNA BRASIL. **50 brasileiros param para pensar a vocação do país**. São Paulo: Instituto DNA Brasil, 2005.

Disciplina: Indicadores Socioeconômicos na Gestão Pública

Carga horária total: 30 h/a

Objetivo

Dotar os alunos de conhecimentos de natureza técnico-instrumental para o pensamento e a gestão estratégica, tática e operacional, oferecendo elementos para a elaboração políticas racionalizadas por sistemas de construção de indicadores que permitam a correta análise a avaliação de sua eficiência, eficácia e efetividade.

Ementa

Indicadores Sociais: do conceito às medidas; Indicadores e os diagnósticos socioeconômicos. Principais Pesquisas e Fontes de Dados e de Indicadores Sociais; Principais produtores de dados e indicadores no Brasil. Formulação, monitoramento e avaliação de políticas públicas. Uso de informações estatísticas e indicadores referidos às diferentes áreas de atuação governamental. Indicadores de programas especificados nos Planos Plurianuais e monitoramento da ação governamental. Diagnósticos socioeconômicos orientados para o planejamento governamental. Sistemas de Monitoramento, Transparência, *accountability* e controle social do gasto público. Avaliação de desempenho dos programas e dos órgãos públicos.

Referências:

CARDOSO, Regina L. S. **Elaboração de indicadores de desempenho institucional e organizacional no setor público**. São Paulo: CEPAM, 1999.

CARLEY, Michael. **Indicadores sociais: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

CASTRO, M. H. Sistemas nacionais de avaliação e informações educacionais. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 121-128, 2000.

DEDDECA, Cláudio. Conceitos e estatísticas básicas sobre mercado de trabalho. In: Oliveira, C. A. B. et al. **Economia & Trabalho: textos básicos**. Campinas. Ed. Inst. Economia/UNICAMP, 1998.

FEIJÓ, C. et al. **Para entender a conjuntura econômica**. Barueri, Manole, 2008, p. 1-60.

GARCIA, R. C. **Subsídios para organizar avaliações da ação governamental**. Planejamento e Políticas Públicas, Brasília, 23-7:70,2001.HAKKERT, Ralph. **Fontes de dados demográficos**. Belo Horizonte, ABEP, 1996. Disponível em: <www.abep.org.br>. Acesso em: 22 jun. 2009.

GUIMARÃES, J. R. S.; JANNUZZI, P. M. IDH – Indicadores sintéticos e suas aplicações em políticas públicas: uma análise crítica. **Revista Brasileira**. Est. Urbanos e Regionais, Salvador, 7 (1):73-89, 2005.

JANNUZZI, Paulo M. **Indicadores Sociais: conceitos básicos para uso na avaliação e formulação de políticas**. Campinas: Alínea 2001, p.11-63.

SANTAGADA, S. **Indicadores sociais**: uma primeira abordagem histórica. Pensamento Plural, Pelotas [01]: 113-142, julho/dezembro, 2007.

CARDOSO, Regina L. S. **Elaboração de indicadores de desempenho institucional e organizacional no setor público**. São Paulo: CEPAM, 1999.

CARLEY, Michael. **Indicadores sociais**: teoria e prática. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

CASTRO, M. H. Sistemas nacionais de avaliação e informações educacionais. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 121-128, 2000.

DEDDECA, Cláudio. Conceitos e estatísticas básicas sobre mercado de trabalho. In: Oliveira, C. A. B. et al. **Economia & Trabalho**: textos básicos. Campinas. Ed. Inst. Economia/UNICAMP, 1998.

GARCIA, R. C. **Subsídios para organizar avaliações da ação governamental**. Planejamento e Políticas Públicas, Brasília, 23-7:70,2001. HAKKERT, Ralph. **Fontes de dados demográficos**. Belo Horizonte, ABEP, 1996. Disponível em: <www.abep.org.br>. Acesso em: 22 jun. 2009.

MENDONÇA, L. E.; SOUTO DE OLIVEIRA, J. **Pobreza e desigualdade**: repensando pressupostos. Observatório da Cidadania. Rio de Janeiro, n. 5, 2001.

10 MÓDULO ESPECÍFICO: DISCIPLINAS, OBJETIVOS, EMENTAS E BIBLIOGRAFIAS

Disciplina: Cultura e Mudança Organizacional

Carga horária total: 30 h/a

Objetivo

Dotar os alunos, dos conhecimentos de natureza técnico instrumental, sobre o funcionamento organizacional, com particular destaque para os elementos da cultura e mudança organizacional, no contexto da implementação de uma governança que seja efetiva face à alternância dos projetos políticos de governos.

Ementa

Importância da cultura na implementação das mudanças organizacionais. Modelos de gestão das organizações. O binômio: descontinuidades administrativas e os processos de institucionalização. Governo, projetos políticos, construção de governança e projetos de mudanças. Desenvolvimento Organizacional – DO, e Aprendizagem Organizacional – AO. Comunicação interna e externa, na busca de alinhamento das mudanças e comprometimento dos atores participantes. Mudanças Organizacionais: fatos geradores,

tipologias e modelos básicos de gestão de mudanças. Processos de institucionalização em órgãos públicos: a cultura brasileira, e a descontinuidade administrativa. Governabilidade, Projetos de Mudanças e resistências culturais das estruturas existentes. Mudanças, desenvolvimento organizacional e aprendizagem nas organizações públicas. Comunicação – fator estratégico na implementação de mudanças.

Referências:

- FLEURY, Maria Tereza Leme; FISCHER, Rosa Maria. **Cultura e poder nas organizações**. Rio de Janeiro: Atlas, 1991.
- LIMA, Suzana Maria Valle (Org.). **Mudança Organizacional: teoria e gestão**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2003.
- THÉVENET, Maurice. **Cultura de empresa, auditoria e mudança**. Tradução de Lemos Azevedo. Lisboa: Monitor, 1989.
- TAVARES, Maria das Graças de Pinho. **Cultura organizacional: uma abordagem antropológica da mudança**. São Paulo. Qualitymark, 1991.
- CLEGG, Stewart R. Tecnologia, instrumentalidade e poder nas organizações. In: **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 32, n. 5, nov/dez. 1992.
- FREITAS, Maria E. **Cultura organizacional: formação, tipologias e impactos**. São Paulo; Makron, McGraw-Hill, 1991.
- _____. Cultura organizacional: grandes temas em debate. In: **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, jul/set. 1991.
- _____. Estória, mitos heróis: cultural organizacional e relações de trabalho. In: **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, out/dez. 1987.
- HANDY, Charles. **Deuses da administração: como enfrentar as constantes mudanças da cultura organizacional**. São Paulo, Vértice, 1987.
- KRAUSZ, Rosa R. **Compartilhando o poder nas organizações**. São Paulo: Nobel, 1991.
- MORGAN, Gareth. **Imagens da organização**. São Paulo: Atlas, 1996.
- OLIVEIRA, Marco Antônio G. **Como entender a cultura organizacional**. São Paulo: Nobel, 1988.
- WOOD JR., Thomaz. Mudança organizacional: uma abordagem preliminar. In: **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 32(3), jul/ago. 1992, p. 74.

Disciplina: Comportamento Organizacional

Carga horária total: 30 h/a

Objetivo

Transmitir conhecimentos de natureza técnico-instrumental acerca do funcionamento organizacional, com particular destaque para os elementos de natureza comportamental no contexto do desenvolvimento de uma governança auto-sustentável face à valorização dos ambientes externos das organizações.

Ementa

Visão sistêmica das organizações. Abrangência do Comportamento Organizacional, micro, meso e macrocomportamento organizacional, no fortalecimento da governança das organizações. Culturas de “processo” no serviço público. Poder e Cultura na institucionalização das redes organizacionais federativas. Modelos de Gestão e os desenhos organizacionais nas organizações públicas. Conflito e negociação no desenvolvimento da governança. Poder, autoridade e teorias abrangentes de liderança.

Referencias:

BOWDITCH, James L.; BUONO Anthony F. **Elementos de Comportamento Organizacional**. São Paulo: Pioneira, 1992.

DAFT, Richard L. **Organizações Teorias e Projetos**. São Paulo: Pioneira. Thomson Learning, 2002.

MORGAN, Gareth. **Imagens da Organização**. Atlas. São Paulo, 1996.

NADLER, David A.; GERSTEIN, Marc; SHAW, Robert B. **Arquitetura Organizacional**. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

ROBBINS, Stephen P. **Comportamento organizacional**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

DAFT, Richard L. **Organizações Teorias e Projetos**. São Paulo: Pioneira. Thomson Learning, 2002.

MORGAN, Gareth. **Imagens da Organização**. Atlas. São Paulo, 1996.

Disciplina: Redes Publica de Cooperação em Ambientes Federativos

Carga horária total: 30 h/a

Objetivo

Disponibilizar, ao alunos, conhecimentos teóricos e instrumentos de análise da formação de redes na gestão publica e fazê-los conhecer sua importância nos processos de desenvolvimento local e regional.

Ementa

Desenvolvimento regional. Conceito e organização de redes. Estrutura, funcionamento e propriedades das redes. A colaboração entre estados e prefeituras para buscar ação grupal com vistas ao desenvolvimento sustentável, à preservação ecológica, o respeito cultural e à equidade social. A transmissão do capital social nas redes comunitárias. A estrutura ou a arquitetura mais eficiente para uma rede de organizações. Consórcios intermunicipais. Casos de redes estaduais e municipais. Alianças e parcerias. Concessões, Parcerias Público Privadas - PPPs, Consórcios.

Referências:

BAKER, Wayne. The network organization in theory and practice. In: NOHRIA, Nitin; ECCLES, Robert G. (Ed.) **Networks and organizations: structure, form, and action**. Boston, Massachusetts: Harvard Business School Press, 1992, p. 397-429.

CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M. (Coords.) **Arranjos produtivos locais e as novas políticas de desenvolvimento industrial e tecnológico**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.

MEYER-STAMER, Jörg. **Estratégias de desenvolvimento local e regional: clusters, políticas de localização e competitividade sistêmica**. Fundação Friedrich Ebert Stiftung. Policy Paper n. 28, setembro de 2001, São Paulo, 2001.

MILES, Raymond E.; SNOW, Charles C. Network organizations: new concepts for new forms. In: **California management review**. California, vol. XXVIII, n. 3, p. 62-73, spring 1986.

TEIXEIRA, Francisco (Org.). **Gestão de Redes de Cooperação Interempresariais**. São Paulo: Casa da Qualidade, 2004.

Disciplina: Gestão Operacional

Carga horária total: 45 h/a

Objetivo

Dotar os participantes com conhecimentos de natureza técnico instrumental acerca do funcionamento organizacional, com particular destaque para elementos que viabilizam a execução do plano de ação, sejam eles caracterizados como contínuos ou situacionais no contexto das estruturas públicas e sociais de acompanhamento, avaliação e controle voltados para: (1) a conformidade das ações realizadas e (2) a aprendizagem relativamente ao Plano.

Ementa

Controle pela Sociedade e pelo Estado e a prestação de contas da administração pública. A gestão de processos e projetos e os dispositivos normativos dos sistemas estruturadores das áreas de apoio à execução. Gestão de Demanda e de Capacidade instalada na prestação de serviços públicos. Gestão de conformidade e de riscos operacionais face às restrições de recursos. Controladoria e Sistemas de Informações – o uso intensivo de soluções de TIC internamente e nas relações com agentes, intervenientes e sociedade em geral.

Referências:

- BEUREN, Ilse Maria. O Papel da controladoria no processo de gestão. In: SCHMIDT, Paulo. **Controladoria: agregando valor para a empresa**. Porto Alegre: Bookman, 2002. Cap. 1, p. 15-38.
- FIGUEIREDO, Sandra; CAGGIANO, Paulo César. **Controladoria: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 1993.
- FITZSIMMONS, James A.; FITZSIMMONS, Mona J. **Administração de Serviços**. Bookman. Porto Alegre. 2000.
- LAUDON, Kenneth C; LAUDON, Jane Price. **Sistemas de informações**. Rio de Janeiro: LTC, 1999.
- MAXIMIANO Antonio César Amaru. **Administração de Projetos**. São Paulo: Atlas, 2002.
- MIRANDA, Luiz Carlos; SILVA, José Dionísio Gomes da. Medição de desempenho. In: SCHMIDT, Paulo. **Controladoria: uma abordagem da gestão econômica**. São Paulo: Atlas, 1999.
- ROBBINS, Stephen P. **O processo administrativo: integrando a teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 1980.
- VALERIANO, Dalton L. **Gerência em projetos**. São Paulo: Makron Books, 1998.
- OLIVEIRA, Luis Martins de. **Controladoria: conceitos e aplicações**. São Paulo: Futura, 1998.

Disciplina: Gestão Logística

Carga horária total: 30 h/a

Objetivo

Possibilitar a compreensão sobre como o Estado e a sociedade foram se modificando e desenvolvendo no Brasil, a partir da Primeira República, até chegar à conformação em que se encontram atualmente.

Ementa

Introdução a Logística. Caracterização das Atividades Primárias e Secundárias da Logística. Nível de Serviço Logístico. Gestão de Compras. Gestão de Estoques. Processo de Negociação com Fornecedores.

Referências:

- ARNOLD, J. R. Tony. **Administração de materiais**. São Paulo: Atlas, 2002.
- BALLOU, Ronald H. **Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos: Planejamento, organização e logística empresarial**. Porto Alegre: Bookman, 2001.
- BOWERSOX, D. J. CLOSS, D. J. **Logística Empresarial – o processo de integração da cadeia de suprimento**. São Paulo: Atlas, 2001.
- CHRISTOPHER, Martin. **O Marketing da Logística**. São Paulo: Futura, 1999.
- DIAS, Marcos Aurélio P. **Administração de Materiais**. São Paulo: Atlas, 1996.
- MARTINS, Petrônio Garcia. ALT, Paulo Renato Campos. **Administração de Materiais e Recursos Patrimoniais**. São Paulo: Saraiva, 2002.
- NOVAES, Antônio Galvão. **Logística e Gerenciamento da Cadeia de Distribuição: Estratégia, Operação e Avaliação**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2001.
- VIANA, João José. **Administração de Materiais: um enfoque**. São Paulo: Atlas, 2001.

Disciplina: Plano Plurianual e Orçamento Público

Carga horária total: 45 h/a

Objetivo

Permitir o conhecimento dos instrumentos de gestão do Estado, no contexto não só do financiamento da capacidade governativa do plano, mas também da revisão das políticas de governo.

Ementa

Instrumentos de Gestão do Estado: Plano Plurianual-PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, Lei do Orçamento Anual - LOA e Lei de Responsabilidade Fiscal

-LRF. Definições conceituais, lógica de interação entre os instrumentos, visão sistêmica externa e governabilidade. PPA: função e componentes, gestão do plano, o uso de indicadores de resultados e suportes de sistemas informacionais. Orçamentos públicos: evolução histórica e tendências futuras de inovação e sistemas informacionais de apoio à gestão. A LDO e LOA a base legal do orçamento público: princípios orçamentários, vedações constitucionais. O orçamento no legislativo e as ementas parlamentares; o orçamento no executivo e os contingenciamentos orçamentários; impactos na capacidade governativa e nas políticas públicas.

Referências:

ARRETCHE, Marta. **Federalismo e Políticas Fiscais no Brasil**: problemas de coordenação e autonomia. São Paulo: Perspectiva, 2004.

BIN, D.; CASTOR, B. V. J. Racionalidade e Política no Processo Decisório: estudo sobre orçamento em uma Organização Estatal. In: **Revista de Administração Contemporânea**, v. 11, n. 3, jul/set. 2007 p. 35-56.

GIACOMONI, James. **Orçamento Público**. São Paulo: Atlas, 2005.

LIMA, Edilberto Carlos Pontes. Algumas observações sobre orçamento impositivo no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 26, jun/dez, 2003.

SIQUEIRA, Thales R. **O Modelo de Gestão dos Planos Plurianuais**: um estudo de caso. Dissertação de mestrado apresentada no Instituto de Ciência Política da UNB. 2006.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. In: **Sociologias**. Porto Alegre, ano 8, n. 16, julho/dezembro, 2006. p. 20-45.

SOUZA, Celina. Construção e Consolidação de Instituições Democráticas: papel do orçamento participativo. In: **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, vol. 15, n. 4, p. 84-97, dezembro de 2001.

15 INFRAESTRUTURA

Instalações e equipamentos

A oferta de infraestrutura e de responsabilidade da Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso do Sul em parceria com as prefeituras municipais.

Os polos dos três municípios onde serão oferecidos o curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Gestão Pública na modalidade a distância (Água Clara, Camapuã e Miranda) possuem a infraestrutura física e equipamentos básicos suficientes para o atendimento

Projeto Pedagógico do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão Pública

da demanda do referido curso, e contêm: laboratório de computação, com acesso à web (banda larga), bem como de projetores multimídia, aparelhos de TV e DVD e retro-projetores, além de biblioteca.

Apoio Logística da Assessoria em Educação a Distância da UEMS

A UEMS fornecerá apoio logístico e administrativo pela Assessoria em Educação a Distância da UEMS. O órgão foi criado por meio da Portaria "P"/UEMS nº 483, de 03 de novembro de 2008. É ligado diretamente à Reitoria e que tem como função a articulação entre ensino, pesquisa e extensão no que se refere às atividades de EaD no âmbito da UEMS. Com a criação dessa Assessoria, a UEMS se propõe a atuar no desenvolvimento de estratégias pedagógicas de multimídia e utilização intensiva da comunicação eletrônica como base de interligação entre a sede, as Unidades Universitárias, os pólos de apoio presencial e os alunos.

Acervo bibliográfico

O acervo bibliográfico do curso está disponível nos polos UAB e sua aquisição é de responsabilidade da CAPES/UAB.

22 - SELEÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA IMPLANTAÇÃO DO CURSO

Os profissionais responsáveis pelas disciplinas do curso serão selecionados pelo órgão competente, preferencialmente, dentre os do quadro de servidores efetivos capacitados em EaD, da UEMS. Na seleção será considerada a adequação dos respectivos currículos às ementas exigidas pelas disciplinas enumeradas neste projeto. Também, poderão ser selecionados profissionais qualificados, externos à UEMS.

23-CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente projeto pedagógico representa a continuidade do compromisso da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS, com a melhoria da gestão pública em nosso Estado. Faz parte de um esforço coletivo que envolve o Governo Federal, o Governo Estadual e os municípios para a capacitação de seus colaboradores.

Trata-se de um trabalho que associa pesquisadores provenientes de diversos cursos e grupos de pesquisa da UEMS. São integrantes os cursos de Administração, Ciências Contábeis, Direito, Pedagogia e Turismo e seus respectivos grupos de pesquisa. Por essa razão, as ações aqui encaminhadas não sofrerão descontinuidade, pois servem de alavanca para a elaboração de parcerias entre a academia, gestores públicos e toda a sociedade organizada em busca de soluções que levem a melhoria da eficiência, eficácia e efetividade da ação pública.

Os casos omissos serão resolvidos pelo colegiado do curso e pela a Assessoria de Educação a Distância da UEMS.

24 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRÚCIO, Fernando L.; COUTO, Cláudio G. A redefinição do papel o Estado no âmbito local. In: **São Paulo em Perspectiva**, v. 10, n. 3, p. 40-47, 1996.

ABRÚCIO, Fernando L. Reforma do Estado no federalismo brasileiro: a situação das administrações públicas estaduais. In: **Revista de Administração Pública-RAP**, v. 39, n. 2, p. 401-420, mar./abr. 2005.

BANCO MUNDIAL. **Brasil**: elementos de uma estratégia de cidades. *Document of the World Bank*. Relatório Nº 35749-BR. Brasília: Banco Mundial/Departamento do Brasil, novembro 2006. Disponível em: <<http://siteresources.worldbank.org/INTBRAZIL/Resources/Cidadesbr.pdf>>. Acesso em 12/07/2008.

KISSLER, Leo; HEIDEMANN, Francisco G. Governança pública: novo modelo regulatório para as relações entre Estado, mercado e sociedade? In: **Revista de Administração Pública-RAP**, v. 40, n. 3, p. 479-499, mai./jun. 2006.

PINHO, José A. G.; SANTANA, Mercejane, W. O governo municipal no Brasil: construindo uma nova agenda política na década de 90. Programa Gestão Pública e Cidadania. In: **Cadernos de Gestão Pública e Cidadania**, v. 20, 2001. Disponível em: http://inovando.fgvsp.br/conteudo/documentos/cadernos_gestaopublica/CAD%2020.pdf. Acesso em: 12 jul. 2008.